

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ-SETOR LITORAL

EDUCAÇÃO DO CAMPO PENSADA A PARTIR DE RELATOS DA COMUNIDADE
ESCOLAR DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO SANTA INÊS DE
CHOPINZINHO-PR

CHOPINZINHO

2014

SIMONI HEEP

EDUCAÇÃO DO CAMPO PENSADA A PARTIR DE RELATOS DA COMUNIDADE
ESCOLAR DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO SANTA INÊS DE
CHOPINZINHO-PR

Trabalho apresentado com requisito parcial para a
obtenção da certificação de Especialização em
Educação do Campo, Setor Litoral da
Universidade Federal do Paraná.
Orientadora: Prof^a Lucia Helena Alancastro

CHOPINZINHO

2014

RESUMO

A Educação dos povos do Campo sempre ficou as margens das políticas públicas, ainda hoje o campo é visto por muitos de forma preconceituosa, porém neste lugar residem cidadãos com suas próprias culturas e modo de vida, que precisam ser respeitados. A migração dos sujeitos do campo para os centros urbanos e a falta de expectativa para o futuro dos adolescentes do campo é algo preocupante, para buscar um entendimento sobre este fato aplicou-se um questionários a Alunos, Professores, Pedagogos, Direção e Funcionários, para buscar observar e compreender a realidade local, a valorização dos sujeitos e do meio e suas perspectivas de futuro no campo. Assim, o objetivo desse texto é trazer a realidade do Colégio Estadual do Campo Santa Inês, será abordada a concepção de Educação do Campo, um breve histórico do colégio bem como os projetos já implantados no mesmo em prol da Educação do Campo. O questionário aplicado à comunidade escolar buscará através dos relatos os diversos pontos de vista em relação à Educação do Campo, mais especificamente no referido colégio, também procura trazer uma reflexão sobre nossas atitudes como educadores.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Campo e Colégio Estadual do Campo Santa Inês.

INTRUDUÇÃO

Campo é onde residem sujeitos com suas próprias culturas e modo de vida, aqueles que são responsáveis principalmente pela produção de alimentos, por essa tarefa tão nobre e de fundamental importância que a educação voltada para esses sujeitos se faz necessária.

Ainda há o pensamento preconceituoso de que no campo ou no meio rural vivem pessoas com pouco ou nenhum conhecimento, em geral com poucos recursos financeiros, dignos muitas vezes de pena. Mas esse modo de vida é digno e de muito orgulho para quem ali está, à produção de alimentos é uma tarefa que além de conhecimento precisa de dom e amor a terra.

Infelizmente o que vemos hoje na escola, tanto na cidade como no campo, é o incentivo para que esses jovens que estão ali saiam e procurem uma profissão que, segundo a maioria, lhes dará melhores condições de vida, a consequência disso, é o crescimento da migração desses sujeitos do campo para os centros urbanos, estes muitas vezes percebem tarde de mais que poderiam viver no campo com melhor qualidade de vida.

Assim, compreende-se que o tema Educação do Campo pensado a partir dos relatos da Comunidade Escolar, como proposto nesse artigo, precisa partir dos sujeitos que formam a comunidade escolar do Colégio Estadual do Campo Santa Inês¹, objetivando esta questão, procurou-se através de questionários e diálogos, aplicados a alunos do Ensino Fundamental e Médio, Professores, Pedagogos, Direção e Funcionários, compreender a realidade local, como é considerada a valorização dos sujeitos, do meio onde vivem e suas perspectivas de futuro no campo. Busca trazer os diversos pontos de vista sobre a educação do campo, também procura trazer uma reflexão sobre nossas atitudes como educadores das escolas do campo e demonstrar que a Educação do Campo deve ser uma garantia do direito à educação no local onde vivem, independente de formar sujeitos para o campo.

O estudo ocorreu através de questionários, os diálogos da situação problema foram feitos através de entrevistas semiestruturadas, utilizou-se pesquisa bibliográfica a fim de dar suporte e fundamentação teórica ao assunto.

¹ O Colégio Estadual do Campo Santa Inês, esta localizado na linha Santa Inês, interior do município de Chopinzinho-PR e pertence ao NRE – Pato Branco.

A pesquisa ocorreu entre os meses de novembro de dois mil e treze a março de dois mil e quatorze, os questionários foram aplicados a setenta pessoas. Utilizou-se dois questionários distintos um para os educadores e um para os alunos. Os educadores foram selecionados da seguinte forma: professores efetivos com tempo de serviço na educação e na escola; professores com contrato temporário; a funcionária por ser mãe de aluno, com o objetivo de trazer a visão dos pais e funcionários; direção, buscando a parte administrativa e pedagogo a pedagógica, o mesmo foi respondido por oito professores, um diretor, uma pedagoga, uma funcionária, totalizando onze profissionais. Para os alunos foi distribuído em todas as séries, para todos, respondeu somente quem se sentiu a vontade, a colaboração no Ensino Médio foi de oito alunos da 3ª série, dez alunos da 2ª série e dois alunos da 1ª série. No Ensino Fundamental teve-se a colaboração de dezesseis alunos do 6º ano, doze alunos do 8º ano e onze alunos do 9º ano, totalizando cinquenta e nove alunos. Não aparece a colaboração do 7º ano, porque no Ensino Fundamental o questionário foi aplicado em novembro de dois mil e treze e nesse ano não havia a turma. Hoje temos cento e noventa alunos distribuídos entre 6º, 7º e 9º ano do Ensino Fundamental e 1ª a 3ª série do Ensino Médio.

O tema escolhido vem de diversos debates que sempre ocorrem no Colégio e Comunidade Escolar, esses trazem a preocupação com a Educação do Campo, há angústia de saber se será uma política duradoura ou de curto prazo, mas principalmente de saber se será uma garantia de que as escolas do campo permaneçam abertas. Utilizaram-se como perspectiva de pesquisa os princípios da pesquisa ação compreendendo-a como:

Nesse processo de pesquisa ação é fundamental a participação dos sujeitos que pertencem à comunidade, pois no processo escolar tão particular como o do campo é praticamente impossível criar um ambiente escolar favorável sem as opiniões dos mesmos. Esta pesquisa é de caráter investigativo e tem como objetivo “proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses” (GIL, 2002, p. 41).

Assim, buscar-se-á uma melhor interação, eficiência do processo pedagógico e ensino aprendizagem, sempre respeitando a diversidade desses sujeitos sociais, que em sua maioria tem como característica uma relação de harmonia com o trabalho e a natureza, mas que passaram anos sendo marginalizados e tidos como sujeitos do qual o conhecimento não era considerado um bem necessário.

Primeiramente buscou-se um breve relato do que é educação do/no campo, logo após o artigo trará de forma contextualizada e sucinta o histórico do Colégio Estadual do Campo Santa Inês e alguns projetos já desenvolvidos no mesmo, bem como, a pesquisa com os alunos e educadores desta instituição juntamente com os resultados obtidos, por fim, as considerações finais, buscando sempre nortear e referenciar a pesquisa de campo e bibliográfica realizada através da adoção da pesquisa-ação.

1. EDUCAÇÃO DO CAMPO BREVE RELATO

A educação no Brasil ao longo de sua história foi construída a fim de formar a elite e os trabalhadores, com a chegada da família real no Brasil, a elite da sociedade brasileira desejava viver com os costumes e hábitos europeus. A educação formal tinha por finalidade formar quadros de dirigentes para a administração pública e para continuar os negócios do pai, o proprietário das terras. Como visto na Diretriz Curricular da Educação no Campo - DCE, 2006, aos demais trabalhadores rurais, aos escravos e indígenas era negado o acesso à educação.

Entender o campo como um modo de vida social contribui para a autoafirmar a identidade dos povos do campo, para valorizar o seu trabalho, a sua história, o seu jeito de serem, os seus conhecimentos, a sua relação com a natureza e como ser da natureza. Trata-se de uma valorização que deve se dar pelos próprios povos do campo, numa atitude de recriação da história. Em síntese, o campo retrata uma diversidade sociocultural, que se dá a partir dos povos que nele habitam, assalariados rurais temporários, posseiros, meeiros, arrendatários, acampados, assentados, reassentados atingidos por barragem, pequenos proprietários, (...) entre outros. (...) Tal diversidade encontrada nas populações do campo paranaense sinaliza um fato que não pode ser deixado de lado: as escolas do campo terão presente no seu interior essa conflituosa, portanto rica, diversidade sociocultural e política (PARANÁ, 2006, p. 24).

Na década de 1960, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 4024/61) deixou a educação rural a cargo dos municípios, esses que tinham a obrigação de ofertar somente o ensino primário. Com a Lei n. 5692/71, não houve avanços para a educação rural, uma vez que nem se discutia o ensino de 2.º grau (atual Ensino Médio) para as escolas rurais. Hoje a realidade é outra, busca-se pensar a educação observando as peculiaridades de cada lugar e de cada povo. Leite (1999) coloca que a valorização dos povos do campo atualmente está ultrapassando e superando o modelo urbano/industrial que hoje a educação dos

povos do campo esta engajada na consciência ecológica, na preservação dos valores culturais e na superação do modelo agronegócio.

Todo esse histórico de opressão da educação começa a mudar com chegada da Constituição Federal Brasileira de 1988, que em seu Art. 205. Define: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988, p.128)”. A educação passou a ser direito de todos e com garantia de lei. “O povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive. O povo tem o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculadas à sua cultura e às necessidades humanas e sociais (PARANÁ, 2006, p.27)”.

Outro avanço importante foi a criação da nova LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96, estabelece em seu artigo 28:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I- Conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III- adequação à natureza do trabalho na zona rural. (____, 1996, p.39).

A partir disso, instituiu-se o direito à igualdade do acesso à educação e do respeito às diferenças. Já em 2002 criou-se o Grupo Permanente de Trabalho (GTP) de Educação do Campo no MEC, que estabelece que povos do campo são pequenos agricultores, sem-terra, indígenas, pescadores, quilombolas, ribeirinhos, assalariados rurais e extrativistas, com essa definição todos os povos no âmbito nacional foram unidos pela identificação de povos do campo. Em 2002, criou-se as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas no Campo (Res. 1/2002 do CNE/CEB), que trata da legislação específica para o meio rural.

Em 2006, criou-se as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo (DCE), que vem ajudar a escola e professores das escolas do campo a reorganizarem suas práticas educativas a fim de aproximar o método de ensino da realidade dos alunos.

Pode-se dizer que todo esse processo pela qual a Educação do Campo passou e vem passando é uma conquista, um direito que há muito tempo foi negado, mas a Educação do Campo não se resume unicamente nas Leis que a estabelecem, ela vai muito além dos bancos escolares, ela se reflete na vida desses sujeitos,

tornando-os pessoas orgulhosas de suas origens e capazes de lutar por seus objetivos, independente se o seu futuro é permanecer no meio rural, ela torna esses sujeitos a muito marginalizados em pessoas confiantes capazes de mudar sua própria história.

Para que isto se consolide, é de extrema urgência o avanço das políticas públicas, diante dos desafios da formação e do preparo profissional da população juvenil do campo brasileira que guarda em si um imenso potencial de trabalho e de transformação. No processo formativo devemos incentivar experiências de ações coletivas nas quais os (as) jovens reconheçam o valor da organização, vivendo a satisfação de estarem juntos, confrontando as diferenças e descobrindo as complementaridades (SCHMIDT; LIMA SECHIM 2010, p.23)

Porém, para que isso aconteça, é necessário que a educação do campo seja de qualidade e um direito desse povo, porque muitos são os desafios encontrados na edificação de uma nova didática, pois esta precisa ir além da escola e chegar até a comunidade local e se possível a sociedade em geral, é preciso que se respeite o campo e os conhecimentos por ele produzidos, que se promova formação humana, se incentive a agricultura orgânica e desenvolvimento sustentável, que a natureza seja protegida e respeitada. Caldart (2004) destaca que mais que o direito da população ser educada no lugar onde vive, precisa ser respeitado o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada a sua cultura, as suas necessidades humanas e sociais.

Um desafio está posto à educação do campo: considerar a cultura dos povos do campo em sua dimensão empírica e fortalecer a educação escolar como um processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos. Assim, o conceito de cultura como práxis guarda relação com a compreensão da história como processo coletivo de autocriação do homem, sob a possibilidade de criar uma ordem social de maior liberdade e justiça (PARANÁ, 2006, p.24).

São necessários profissionais preocupados, preparados e engajados, que de algum modo articulem os conteúdos curriculares a temas relacionados ao campo, que levem em consideração o conhecimento e experiências do cotidiano dos alunos, problematizando e desenvolvendo o senso crítico em seus educandos.

2. A HISTÓRIA DO COLÉGIO ESTADUAL DO CAMPO SANTA INÊS

Os dados aqui referenciados foram retirados do Projeto Político Pedagógico - PPP do Colégio Estadual do Campo Santa Inês-EFM, atualizado em 2013. O colégio está localizado na localidade de Linha Santa Inês, Município de Chopinzinho, Estado do Paraná. Atende alunos residentes, em sua totalidade, na zona rural, de várias comunidades próximas, caracterizando-se como um núcleo de educação. Trabalha em dualidade administrativa junto com a Escola Rural Municipal Mario Bettega, que atende os alunos do Ensino Fundamental séries iniciais.

Iniciou suas atividades no ano de 1996, inicialmente levava o nome de “Colégio Estadual Santa Inês de 1º grau”, em 1998 passou a ser de 1º e 2º grau, foi o primeiro Colégio do Campo no município de Chopinzinho a ofertar o ensino médio. A partir de 2010 passou a chamar Colégio Estadual do Campo Santa Inês-EFM.

Atualmente, o colégio possui cinco turmas de Ensino Fundamental, séries finais e três turmas de Ensino Médio. São filhos e filhas de famílias de pequenos e médios proprietários rurais, arrendatários ou agregados. Ainda possui uma comunidade escolar forte, os alunos que passaram pela escola na sua maioria permaneceram no campo, essa comunidade escolar é formada por reassentados da Barragem de Ita - SC, Indígenas e agricultores que já residiam no local antes da criação do reassentamento. Hoje a escola possui 190 alunos matriculados e cerca de trinta e cinco profissionais que ali atuam.

O prédio escolar foi construído em convênio entre a ELETROSUL (empresa responsável pela construção da Barragem de Ita – SC), a FUNDEPAR e a PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO em 1996, dentro da área rural dos proprietários do reassentamento realizado em virtude da construção da Hidrelétrica de Itá, no rio Uruguai.

Dentre os trabalhos realizados destaca-se a construção do jardim do colégio, o ajardinamento foi todo feito pelos alunos, com ajuda dos pais e funcionários do colégio, a escola possui uma área aberta com mais de cinco mil metros quadrados, em todo esse espaço foi plantado grama e árvores. Até hoje o espaço continua sendo mantido pela comunidade escolar.

Há cerca de dez anos, a escola desenvolveu um projeto no qual criou um horto florestal com os alunos do ensino médio, o projeto trouxe a escola para o “mapa”, no entorno escolar foi criado um grande bosque, os alunos plantaram árvores, flores e gramaram a área. O local também possui um açude e um pequeno rio, quando terminaram foi aberto para visitação, a escola recebeu um grande número de visitantes.

No horto foram criadas trilhas ecológicas, nas quais podiam se conhecer diferentes espécies de árvores e o rio, também era distribuído aos visitantes mudas de árvores cultivadas pelos alunos. Foi um grande passo para a escola e para a comunidade, pois trouxe orgulho a quem pertencia ao local. Atualmente, infelizmente o horto encontra-se desativado por falta de manutenção e de uma pessoa que possa cuidar do mesmo, isso se deu mais uma vez por falta de uma política de incentivo, pois as escolas foram delegadas várias funções a mais e mão de obra de menos. Apesar disso, esse foi um grande marco para a escola, representa um projeto que deu certo e o sonho de todos que realizaram esse trabalho, envolvendo a comunidade escolar como um todo e também moradores locais com benefícios para comunidade.

O mais recente projeto em prol da valorização e fortalecimento da escola do campo desenvolvido ali, foi implantação gradativa do Ensino em Tempo Integral no ensino fundamental séries finais em 2013, ou seja, os alunos passaram a permanecer o dia todo na escola, iniciou-se com a criação do sexto ano do Ensino em Tempo Integral e será ampliada com a chegada de novas turmas ano a ano, hoje temos o sexto e sétimo ano em tempo integral.

Com a implantação da Educação em Tempo Integral, as metas da Educação do Campo se tornam cada vez mais realizáveis, ampliando o tempo escolar, ampliam-se as possibilidades de aprofundar conteúdo das mais diversas áreas, sobretudo aquelas relacionadas à realidade das Escolas do Campo, melhorando e garantindo o conhecimento. Essa foi mais uma forma de fazer com que a escola e as demais que aderiram à proposta de Tempo Integral permaneçam abertas, nos dois turnos, independente da quantidade de alunos. Antes da implantação, algumas das escolas do campo de Chopinzinho corriam risco de fechar as portas em pelo menos um turno, assim o mesmo traz garantia do ensino no campo.

2.1 Da pesquisa com os professores e demais educadores

Os profissionais da educação entrevistados não serão identificados, para tanto, usar-se-á abreviação EP- Entrevista Profissional, acrescido do número para identificar profissionais e relatos diferentes, lembrando, que ao todo foram entrevistados onze profissionais divididos entre professores, direção, pedagogo e funcionário.

Na primeira questão foi abordado o tempo em que os profissionais atuam no ensino e no campo, tivemos em média 19 anos de atuação no ensino e desses, sete anos no campo mais especificamente no Colégio Estadual do Campo Santa Inês. Um caso que chamou a atenção foi de uma professora que há vinte e nove anos trabalha na educação e apenas quatro anos esta no campo, quando questionado do porque esperou tanto tempo relatou:

“Demorei porque até então a visão que eu tinha das escolas do interior, é que eu não teria recursos pra trabalhar, porque sempre as escolas do campo eram aquelas que tinham muito pouco dinheiro, assim como os sujeitos que a formam, que com os alunos eu precisaria pegar mais leve porque os mesmos não conseguiriam acompanhar. Vejo que estava totalmente equivocada, pois aqui ainda vemos a atuação da família na vida das crianças e que o interesse pelos estudos é muito grande, a disciplina também é maior, e as condições financeiras estão melhorando. Outro fator era a dificuldade de acesso as escolas, hoje recebemos um auxílio transporte razoável e as estradas melhoraram muito, aqui em Chopinzinho apenas a escola (...) não possui asfalto até lá, mas mesmo assim tem muita gente querendo as vagas”. (E P. 1)

Esse comentário, mais uma vez reforça o que SOUZA (2006) dizia quando discursava que os povos do campo foram concebidos como atrasados, e as políticas educacionais se organizavam em conformidade como os interesses capitalistas.

Ao questionar se sentem mudanças na forma de dar aulas e lidar com os alunos ao longo da carreira, todos disseram que sim, que com o passar do tempo os alunos demonstram cada vez menos interesse pelo estudo, na maioria atribuem isso ao acesso facilitado as informações através da tecnologia. Todos concordam que precisam ser mais dinâmicos e trazer atividades diversificadas, assim como atualizar-se constantemente, no campo ainda com o diferencial dos conteúdos serem voltadas a sua realidade.

Sobre o que pensam das escolas do campo, se são a favor ou contra esse tipo de escola, na maioria citaram de forma romantizada a escola do campo como ambiente agradável, de tranquilidade, propício a aprendizagem, todos são a favor das escolas, elas devem existir pra garantir que todos tenham direito e acesso ao ensino de qualidade, que possam ter conhecimento para melhor tomar suas decisões no que diz ao futuro pós-escola.

Quanto às dificuldades de se atuar no campo, a maioria não as tem *“As dificuldades são praticamente as mesmas da escola urbana. Não vejo grandes*

diferenças, porque a criança, o adolescente se comporta parecido, pois reflete um comportamento típico da época que vivemos”. (EP2) ou simplesmente “Não tenho dificuldade em atuar no campo” (EP3). Outros citaram o acesso a escola, falta de cursos específicos para atuar ali, os professores contratados a incerteza do próximo ano, porque às vezes desenvolvem projetos ótimos, mas não tem a certeza da continuidade. Isso não é uma realidade apenas nas escolas do campo, os professores em contrato temporário todos os anos estão a mercê de onde tem vaga, geralmente não conseguem atuar no mesmo lugar, porque sempre a mudança no quadro de distribuição de aulas e pessoas novas se inscrevendo, como os critérios levam em consideração o grau de estudo, tempo de serviço, não continuidade e afinidade com o trabalho ocorre essa quebra de rotina do trabalho. Infelizmente a escola não é capaz de por si só promover maiores mudanças, devem acontecer em todos os setores que envolvem campo e educação, como diz a autora:

“Pensar a educação desde ou junto com uma concepção de campo significa assumir uma visão de totalidade dos processos sociais; significa no campo da política pública, por exemplo, pensar a relação entre uma política agrária e uma política de educação; entre política agrícola, política de saúde, e política de educação e assim por diante (CALDART, 2005, p.26 citado por MEC, 2010 p.82)”.

Sobre o que pensam dos alunos do campo, afirmam que a maioria dos alunos são mais tranquilos, abertos a aprendizagem, que no campo percebe-se mais a participação da família, talvez seja reflexo da forma como se organiza, família e trabalho, porque na maioria o trabalho é em conjunto, o que os aproxima. “Penso que os alunos do campo são pessoas inteligentes, instruídas, com objetivos e metas, que vem à escola para ampliar ainda mais seus conhecimentos e melhorar sua qualidade de vida.” (EP4).

Uma professora ressaltou a necessidade de formar esses alunos do campo para que possam competir de forma igualitária com os demais, isso retoma mais uma vez a ideia que se tinha, como mostrado na primeira questão, de que alunos e escolas do campo são inferiores e que não é necessária a mesma atenção dada aos alunos da cidade.

Para o futuro todos pretendem continuar atuando no campo, se a distribuição de aulas permitir. Também solicitou-se para melhorar a qualidade de ensino e o ambiente escolar. Surgiram questões como a necessidade dos professores trabalharem a interdisciplinaridade, para que possam criar um planejamento direcionado à educação do campo e que deveria se estudar a possibilidade de pelo

menos uma vez por semestre planejem juntos, para essa continuidade acreditam que seria importante que a equipe pedagógica fosse formada por profissionais efetivos (concursados), pois assim os mesmos teriam seus padrões² fixados no colégio permanecendo ano a ano.

Uma professora sugeriu uma forma de criar os padrões no campo mesmo não tendo às 20 horas aula da disciplina nos colégios. *“Como não tem aulas suficientes para todas as disciplinas, que se juntassem mais de uma escola do campo para formar um padrão. Ou seja, o professor ficaria exclusivo nas escolas do campo não sendo necessário assumir seus padrões nas escolas urbanas e pegar extraordinárias no campo;”* (EP6). E como dito anteriormente na citação de Caldart (2005), essas mudanças devem acontecer nos diversos setores que englobam campo e educação, assumir uma visão da totalidade dos processos sociais, a partir dessas visões promover as mudanças necessárias, porque a escola por si só não é capaz de promover grandes mudanças, mas pode apontar caminhos para possíveis soluções. Esses posicionamentos ou sugestões também entram no ponto de vista, a valorização de quem atua no campo, pois todas essas questões seriam mais fáceis de tratar se houve-se uma política concreta que definisse como se daria a educação do campo não só o pedagógico mas também o estrutural.

Um profissional trouxe a importância da valorização e respeito ao aluno para que haja reciprocidade, em especial aos alunos do campo, compreende-se que isso é de extrema importância, pois é necessário que os mesmos desconstruam preconceitos e injustiças muito estabelecidas exigindo igualdade de direitos para acabar com a desigualdade educacional que permaneceu por muitos anos. E isso se dará com sujeitos confiantes, orgulhosos de sua história e seu meio de vida.

2.2 Da pesquisa com os alunos

Os conhecimentos de mundo do trabalho, das negociações e das necessidades básicas, além da agro ecologia, do agronegócio, dos sistemas de cooperativa, entre outros, precisam estar presentes em constantes debates, análises e reflexões na educação do campo. Busca-se uma educação que seja crítica, que problematize os conhecimentos, que objetive o estudo e tenha a investigação como

² Padrão é onde o profissional assume o trabalho ou concurso, geralmente formado por jornada de 20 horas aula de trabalho semanal por disciplina, o mesmo só é concedido nas escolas onde tem essas horas aula, nas que não tem o número suficiente de aula o quadro de aulas geralmente fecha com professores contratados por tempo determinado ou com aulas extraordinárias, ou seja, além do padrão.

ponto de partida para seleção e o desenvolvimento dos conteúdos curriculares, que valorize a identidade, as singularidades, que leve em consideração e parta dos conhecimentos que os educandos do campo carregam para alcançar o aprendizado dos demais conteúdos como afirma Paraná (2006). Pensando nisso, aplicamos o questionário aos alunos:

Na primeira questão, solicitou-se a distância percorrida até a escola, relatou-se até 30 quilômetros para vir à escola. O que significa que ficam de três a quatro horas diárias dentro do meio de transporte, estima-se que os mesmos, nessas distâncias informadas, só levam em conta o caminho direto até a escola, mas nesse percurso eles entram em vários pontos em busca de outros alunos, o que aumenta essa distância. Demonstrando o interesse e a vontade desses alunos em estudar o que precisa ser respeitado.

Verificou-se a composição da renda familiar e constatou-se que resulta principalmente da agricultura, pecuária leiteira, mas também temos avicultura, trabalho assalariado, aposentadoria, bolsa família e cestas básicas. Alguns também relataram venda de produtos para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, através da compra direta, que é a aquisição de produtos alimentícios direto do produtor, que se destina a merenda escolar, dentre esses produtos são adquiridos, pães, massas, verduras, legumes, etc. Ao que se pode perceber, a maioria são de classe média e baixa, não temos índices de pobreza extrema. Essas constatações refletem a realidade do município que tem sua economia baseada na atividade rural, segundo o IBGE censo 2010, cerca de 36,44% da população reside no campo e o município de Chopinzinho-PR possui um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM de 74%, considerado bom.

Quanto ao que pensam da escola, os alunos do ensino fundamental acham a escola de qualidade e que estão aprendendo bastante, os alunos do ensino médio na sua maioria também, mas alguns relatam a falta de comprometimento de alguns professores e a falta de valorização por parte dos mesmos. Isso talvez seja ser reflexo da má formação do profissional. Segundo a LDB 1996, "O que acontece no caso específico do Brasil é que as preocupações, quanto ao magistério, voltam-se mais para a administração do ensino e menos para a formação do docente (...). A reflexão sobre o ensino, propriamente dito, tem ficado em segundo plano." Essa falta de preparo pode levar a atitudes como as citadas pelos alunos. Para isso, é necessário mais políticas de formação e valorização profissional, para que àquele

que atua no ensino, realmente estejam comprometido com a causa, sempre refletindo sobre as atitudes e posicionamentos perante aos alunos.

Foram indagados sobre sua valorização no ambiente escolar e no meio onde vivem. Cerca 91,5% colocou que se sentem valorizados em ambos os meios e 8,47% dos alunos colocaram que não se sentem valorizados no meio escolar, reclamam principalmente do tratamento recebido por alguns funcionários. Sugere-se que estas questões não estão ligadas à desvalorização do sujeito, mas sim a indisciplina dos mesmos, eles não gostam muito de ser corrigidos como qualquer adolescente. Relataram como forma de valorização, o convite a participar de projetos, viagens ofertadas pela escola, o ambiente escolar agradável e o ensino propriamente dito, pois na maioria consideram muito bom.

Quanto ao futuro, seus sonhos e expectativas, se pensam em continuar no meio rural ou pretendem sair. Vários alunos citaram profissões específicas, como agronomia, juíza, professor, veterinária, etc, ou seja, querem cursar o ensino superior. No entanto o que deixou um alerta é que a maioria pretende sair do campo, não porque não gosta dali e sim porque acreditam que terão melhores condições de vida, como o acesso ao lazer e ao consumismo. Cabe a nós escola e sociedade demonstrar que qualidade de vida não é só isso, é também bem estar e liberdade, uma das características do campo, que dificuldades são encontrados em todos os lugares. O autor trás a seguinte consideração sobre campo e cidade;

É preciso ter um olhar diferente sobre a cidade na relação com o campo para melhor compreender a realidade. Não é só porque é da cidade que é ruim e não porque é do campo que é bom. Precisamos de um olhar que mostre as contradições, tanto da cidade quanto do campo. No campo é difícil ter um projeto claro, assumido, decidido. Parece que ao sair do campo superam-se problemas, como se na cidade não houvesse a mesma sociedade excludente, capitalista. Cidade e campo precisam repensar-se, porque hoje são controladas pelas empresas que definem o padrão de vida e de pensamento (DUARTE GRIGOLO, 2006, pg. 109).

A escolha por uma profissão ou modo de vida precisa ser consciente, todos tem direito a querer uma nova profissão, de cursar o ensino superior, mas essa decisão deve ser tomada com liberdade sem imposições, ter estudo é muito importante em qualquer caminho que se venha a seguir, sendo, continuar no campo ou não, mas o mesmo não deve ter significado urbano e sim de aquisição de conhecimento, importante em qualquer área. Precisa-se considerar que muitas vezes essa opção por uma nova profissão é pela falta de condições de continuar no campo a própria desvalorização no meio rural, seja com sujeito ou financeiramente.

Como dito em PARANÁ (2010), para que o jovem visualize a possibilidade de viver no campo, ter trabalho e renda, supõe que são necessárias políticas desenvolvimento, dentre elas acesso a terra, a recursos diversificados, comercialização dos produtos, garantia de remuneração para as famílias, que possibilite o mínimo de acesso ao lazer e diversão.

Alguns alunos afirmaram que pretendem serem agricultores, mas que às vezes se sentem pressionados pela escola e pela sociedade a uma escolha, acham que isso acontece com todos, um deles respondeu, *“acho que meus amigos pensam em sair porque todo mundo fala em faculdade, como se aquilo fosse a melhor coisa, e as vezes ele não tem dinheiro porque o pai não dá e acaba querendo sair mesmo (G. C. S. 16 anos)”*. Essa colocação do aluno reforça ainda mais o peso de nossas atitudes que muitas vezes são tendenciosas e levam a dúvidas e incertezas.

Solicitou-se sugestões para melhora do ensino e no ambiente escolar, os mesmos citaram: a melhora na merenda escolar; o transporte para que se tenham linhas mais curtas, com mais ônibus e melhores, juntamente com a melhoria das estradas; a melhora no prédio escolar gostariam, de uma escola pintada que ficasse mais bonita; ventiladores nas salas; melhorar a internet; trazer mais palestras que auxiliassem nas suas escolhas; que tivesse algumas matérias específicas para o campo; alguns não querem o tempo integral, acham muito tempo na escola, um caso específico pediu *“mais compromisso dos professores e diretores com os alunos. Perguntando se estão se sentindo bem onde estudam, se não, porque, essas coisas... (A. R. 16 anos)”*, suponha-se, com esse comentário, que são pequenas atitudes de valorização e preocupação com a sua educação que os alunos estão pedindo, que com pequenas atitudes pode-se mudar a realidade, seja local ou na sociedade como um todo. São sugestões que podem ser consideradas simples, se levarmos em conta a amplitude dos direitos desses alunos do campo, imagina-se que deveriam ser facilmente atendidas, mas a realidade é que preciso lutar até por simples mudanças, sendo necessário demonstrar isso aos nossos alunos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados desse trabalho são a possibilidade dos educadores terem maior conhecimento do ambiente no qual estão inseridos, no caso o Colégio Estadual do Campo Santa Inês. Com os resultados apresentados pode-se perceber o quanto é

necessário, flexibilidade, aperfeiçoamento, dinamismo e principalmente comprometimento com a causa.

O artigo será apresentado aos profissionais que atuam no colégio como mais uma ferramenta além das existentes, como PPP, DCE e outros materiais que trazem a Educação do Campo. Acredita-se que possam utilizá-lo na busca de alguma informação sobre os sujeitos que formam o colégio, auxiliará principalmente aqueles profissionais que vem e vão todos os anos e que desconhecem a realidade do Colégio.

Com relação à escola do campo, esta deve realizar uma interpretação da realidade local e adaptá-la aos conteúdos apresentados aos alunos, deve-se incentivá-los a estudar, buscar conhecimento, este que será de extrema importância em todas as etapas de suas vidas. Com conhecimento, o jovem do campo terá mais capacidade de decidir seu futuro, com a educação do campo, terão a oportunidade de continuar vivendo no seu meio ou migrar para as cidades, pois esta possibilidade não os pode ser negada. Mais conhecimento, novas ideias e novos pontos de vista, e a partir dessas concepções, os mesmos possam tomar a melhor decisão sobre que rumo dar a suas vidas, que seja sábia e não traga possíveis arrependimentos futuros.

Percebe-se que o Colégio (alunos, pais, professores, direção, equipe pedagógica enfim, a comunidade escolar), precisam estar cada vez mais comprometidos com a educação do campo, buscando o diálogo com alunos e pais, para que participem do cotidiano escolar, trazer novos projetos e desenvolver mais estratégias pedagógicas que despertem a busca pelo saber.

Os limites encontrados estão relacionados à própria formação e contratação de professores, entende-se que é preciso respeitar cada educador e sua didática, mas também é preciso entender, por parte dos mesmos, que para a educação do campo se efetivar de forma concreta, é necessário respeito à identidade desses sujeitos. Outros limites estão relacionados às políticas públicas que envolvem educação, pois, não dão a autonomia necessária para promover maiores mudanças

Alguns avanços foram percebidos, como por exemplo, nas leis que definem a Educação do Campo e o melhor entendimento dos educadores sobre o que realmente ela significa, mas ainda há muito que se construir para que se tenha uma educação de qualidade também para os sujeitos do campo.

4. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- _____. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96. Brasília, 1996.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal.
- BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica das Escolas do Campo**. CNE/MEC, Brasília, 2002.
- CALDART, R.S. et. al. **Por uma educação do campo: Traços de uma identidade em construção**. Rio de Janeiro, 2004.
- DUARTE, V. P. GRIGOLO, S.C. (orgs). **Agroindústria associativa/familiar: o mito da viabilidade**. Francisco Beltrão/ Pr, ADMR, 2006.
- Em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/> acesso em 01 de abril de 2014.
- GHEDINI, M.C. et al. **Um Processo Inovador na Educação do Campo: Alguns Olhares**. Universidade Federal do Paraná- Setor Litoral. 2013.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Ática, 2002.
- INÊS, C.E.C.S. **Projeto Político Pedagógico, Chopinzinho**, 2013.
- LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural: urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.
- MEC. **Práticas Pedagógicas em Educação do Campo**, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Universidade Aberta do Brasil e Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2010.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos da Diversidade. Educação do Campo**. Curitiba: SEED, 2010.
- PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes curriculares da rede pública da educação básica do estado do Paraná. Educação do Campo**. Curitiba: SEED, 2006.
- SHMIDT, A. B. et. al (Coords). **Desenvolvimento sustentável e solidário com enfoque territorial: Caderno pedagógico educandas e educandos**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2010.
- SOUZA, M. A. **Educação do campo; propostas e práticas pedagógicas desenvolvidas no MST**. Petrópolis: Vozes, 2006.

